

RECENSÕES

Mattei, C. E. (2024). *A ordem do capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo* (A. P. Mendes, Trad.). Temas e Debates, 477 pp. (Trabalho original publicado em 2022)

Clara Mattei, com o livro *A ordem do capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho ao fascismo*, analisa as políticas de austeridade “pela lente do conceito de classe” (p. 13), que materializa uma contribuição rara para a historiografia da Economia Política. Baseando-se, de forma pioneira e meticulosamente fundamentada, em material de arquivos recém-descobertos na Grã-Bretanha e em Itália, como os “empoeirados” documentos do Ministério das Finanças britânico e do Banco de Itália (pp. 31–33). A autora identifica que as políticas de austeridade – ciclo de redução de gastos públicos, controlo de liquidez e repressão salarial – foram projetadas conscientemente na primeira metade do século XX, não como uma resposta técnica às crises económicas, mas para deliberadamente preservar o sistema capitalista sem alterar as suas estruturas hierárquicas, evitando formas alternativas de organização social. Esta descoberta altera o entendimento sobre as razões subjacentes à implementação dessas medidas, que visaram sufocar quaisquer iniciativas de democratização económica, impondo uma rígida disciplina sobre a classe trabalhadora. A obra centra-se nos casos britânico e italiano do período pós-Primeira Guerra Mundial,

e revela a austeridade como reação perene às crises do capitalismo.

Publicada originalmente em 2022 pela University of Chicago Press, a obra teve a sua primeira tradução para português em 2024, ampliando o acesso ao público lusófono. É de enfatizar que o livro venceu em 2023 o Herbert Baxter Adams Prize da American Historical Association¹ e ainda foi destacado pelo *Financial Times* como um dos dez melhores livros de economia publicados em 2022². Mattei é professora em The New School for Social Research e, tendo publicado artigos relevantes sobre austeridade, consolidou-se como uma voz crítica na Economia Política.

O livro está estruturado em duas partes. A primeira, “Guerra e crise”, discute o impacto da Primeira Guerra Mundial nas economias da Grã-Bretanha e da Itália, abordando a forma como a intervenção do Estado remodelou a estrutura económica. A segunda, “O significado da austeridade”, foca-se em como esta foi implantada como uma política de contenção social e de proteção do capital ao elencar as consequências políticas e sociais na Grã-Bretanha e na Itália fascista. Mattei verifica que, durante a Primeira Guerra Mundial, as fortes intervenções dos Estados nas economias britânica e italiana, motivadas pela necessidade

¹ Cf. West, R. L. (2023, 23 de outubro). *American Historical Association Announces 2023 Prize Winners*. American Historical Association. <https://www.historians.org/perspectives-article/american-historical-association-announces-2023-prize-winners-october-2023/>

² Cf. Wolf, M. (2022, 23 de novembro). Best books of 2022: Economics. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/634c1974-bc76-4f56-9548-274816dcc638>

de mobilizar recursos económicos para assegurar a vitória no conflito e garantir a sua sobrevivência política, possibilitaram a reflexão sobre modelos alternativos de organização económica. O “*laissez-faire*” e o “mecanismo dos preços livres” tinham fracassado durante esse período, assim como “a fé nos mercados” (p. 45). A exploração e a disciplina, na altura reguladas não pelas leis de mercado, mas pelo Estado, revelou a natureza profundamente política do capitalismo: “se o poder económico é político, isso significa que o poder económico não tem nada de natural e que os sistemas segundo os quais é distribuído podem ser alterados por via da luta” (p. 64).

A partir do contexto de intervenção estatal, crise e conscientização popular, surgiram fortes movimentos de trabalhadores focados num modelo de produção mais justo, rapidamente interpretados como uma ameaça ao *statu quo*. Como a autora refere, o capitalismo entra em crise quando a “relação de produção para obter lucro”, “a propriedade privada dos meios de produção” e as “relações salariais entre proprietários e trabalhadores são contestados pelo público” (p. 12) – algo evidente na época. Em resposta, as elites industriais, políticas e financeiras impuseram medidas de austeridade como forma de restaurar a “velha” ordem, reprimindo ativamente tentativas de democratização económica. No caso italiano, que possuía uma monarquia constitucional frágil e uma economia dependente do capital externo, aliada a uma agitação social muito elevada, a austeridade criou as condições para o fascismo emergir como uma força repressiva necessária à manutenção da ordem capitalista, contando com a “elite liberal italiana, bem como do apoio do *establishment* financeiro anglo-americano” (p. 25).

Uma das pesquisas que Mattei enfatiza com mais ousadia diz respeito ao papel desempenhado pelos economistas na legitimação das políticas de austeridade. Ao despolitizarem o debate económico, criaram espaço para que tais políticas fossem consideradas medidas técnicas e inevitáveis para resolver crises económicas, desvinculando-se dos seus efeitos políticos. As conferências de Bruxelas (1919) e Génova (1922) marcaram a apresentação da austeridade como uma medida racional e como “a única política possível” (p. 175), mascarando uma lógica de preservação do *statu quo*. A postura tecnocrática dos economistas, destacada no capítulo 5, retirou – e ainda hoje retira – decisões do debate democrático, permitindo que a austeridade seja imposta durante crises sem a necessidade de enfrentar resistência popular e política. Parece-me necessário fazer duas notas: 1) Mattei alinha-se, assim, à crítica de David Harvey³, que argumenta que a adoção de políticas neoliberais (frequentemente austeras) visam proteger os interesses do capital à custa da democracia popular e dos direitos sociais, e 2) é também notória uma linha crítica semelhante à de Naomi Klein⁴, em termos de aproveitamento de crises.

Destaco que, segundo os dados recolhidos pela autora ao longo da obra e a sua interpretação, o projeto austero de estabilização económica do pós-guerra foi um fracasso. A redução da procura agregada – feito pretendido – foi amplamente citada como uma das causas da Grande Depressão de 1929, “e só se resolveu de facto com o estímulo económico de, ironicamente, outra guerra mundial” (p. 357). Apesar do fracasso económico generalizado, a austeridade teve os seus “êxitos”, de que são exemplo os casos italiano e britânico, onde

³ Cf. Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.

⁴ Cf. Klein, N. (2007). *The shock doctrine: The rise of disaster capitalism*. Metropolitan Books.

se demonstrou como foi capaz de restabelecer a acumulação de capital e de reprimir a dissidência mesmo em regimes políticos e ideológicos distintos, mostrando que, apesar das diferenças entre democracias e regimes fascistas, a austeridade transcende essas distinções políticas (p. 339).

A autora não desenvolve uma análise detalhada sobre como no contexto contemporâneo, de liberalização financeira e privatização, os Estados foram reduzidos a objetos para os mercados globais, tornando-se dependentes do capital externo – curiosamente, uma dinâmica já presente no caso italiano pré-fascista. Essa perda de autonomia torna a austeridade uma imposição estrutural, especialmente para economias periféricas. Assim, a austeridade não só reprime demandas internas de democratização, mas também integra as economias periféricas à lógica do capital global, perpetuando a sua subordinação e assegurando a rentabilidade dos credores globais. Tal como Streeck⁵ observa, após a liberalização financeira, os Estados perderam o controlo sobre a sua política económica.

A análise de Mattei evidencia a continuidade das políticas de austeridade como uma suposta forma de “consertar” as economias, mas, na sua perspetiva, é uma resposta a crises de legitimidade do capital desde a primeira metade do século XX até à atualidade. Mesmo em contextos sociopolíticos e económicos em que se esperariam alternativas mais comprometidas com a justiça social, ela ressurgue como resposta predominante, reintroduzindo políticas que priorizam a disciplina fiscal e os cortes sociais. A sinergia de políticas austeras consegue manter a concentração de riqueza, ao mesmo tempo que, pela autoridade intelectual da tecnocracia, continua a moldar a esfera pública contemporânea. A autora convoca-nos, assim, a não aceitar a narrativa hegemónica como inevitável, mas a ver a austeridade pelo que ela realmente é, instigando a resistência e a procura por alternativas que promovam uma sociedade mais justa. Dada a iminência de uma nova vaga de austeridade,⁶ esta obra torna-se urgente.

Pedro Daniel Taveira Ferreira Gonçalves

Revisto por Alina Timóteo

⁵ Streeck, W. (2013). *Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático* (M. Toldy & T. Toldy, Trans.). Actual.

⁶ Cf. Thomas, L. (2024, 2 de outubro). France plans 60 bln euro budget squeeze for next year. *Reuters*. <https://www.reuters.com/markets/europe/france-plans-60-bln-euro-budget-squeeze-next-year-2024-10-02/>

Pedro Daniel Taveira Ferreira Gonçalves

Mestrando no Departamento de Filosofia, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas,
Universidade do Minho

Rua da Universidade, 4710-057 Braga, Portugal

Contacto: pedro.taveira250@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5567-8878>

<https://doi.org/10.4000/146cp>

